



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.022, DE 2024

(Do Sr. General Pazuello)

Altera o art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para aumentar as penas do crime nele previsto, bem como para dispor sobre a configuração do delito.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. GENERAL PAZUELLO)

Altera o art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para aumentar as penas do crime nele previsto, bem como para dispor sobre a configuração do delito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para aumentar as penas do crime nele previsto, bem como para dispor sobre a configuração do delito.

Art. 2º O art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar qualquer dos crimes previstos nos arts. 33 e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas do *caput* deste artigo incorre quem se associa para a prática do crime definido no art. 36 desta Lei.

§ 2º Para a configuração da associação, o juiz poderá considerar os atos praticados no período e antes do advento da maioridade penal, desde que o agente tenha permanecido associado ou voltado a se associar após a maioridade.

§ 3º. Os atos previstos no § 2º., não poderão ser valorados para fixação da pena, mas apenas para



análise da configuração da associação criminosa.”
(NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

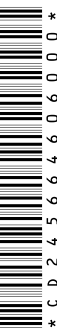
Trata-se de Projeto de Lei destinado a alterar o art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para aumentar as penas do crime nele previsto, bem como para dispor sobre a configuração do delito.

Inicialmente é preciso registrar que, atualmente, o delito em debate pune, com reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, além de multa, a associação de duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 da Lei de Drogas.

Outrossim, a norma estipula que incide nas mesmas penas quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 da mesma norma, qual seja, o financiamento ou o custeio da prática de qualquer dos crimes retrocitados.

Efetivadas essas ponderações, é forçoso reconhecer que, lamentavelmente, a sociedade brasileira tem testemunhado um aumento exponencial na quantidade de crimes dessa natureza. É certo que esse cenário só ocorre porque a punição existente é baixa, fazendo com que os transgressores da lei se sintam estimulados a iniciarem e a perpetuarem essa nefasta prática delitiva, já que, caso punidos, receberão pena em descompasso com a gravidade da conduta perpetrada.

Dessa maneira, urge indispensável a alteração das balizas penais constantes no dispositivo em questão, de forma a conduzi-las a patamares realmente condizentes com as condutas perpetradas (reclusão, de cinco a doze anos, além de multa).



Outrossim, a modificação legislativa irá tornar mais claros os requisitos para o reconhecimento da associação para o tráfico de drogas, expurgando da legislação qualquer referência à exigência de reiteração de atos de tráfico ou de “permanência” ou “habitualidade” na conduta, passando a ser crime a mera associação eventual.

Não obstante, mostra-se preciso cunhar na lei que, para a caracterização da associação, o juiz poderá considerar os atos praticados antes do advento da maioridade penal, desde que o agente tenha permanecido associado ou voltado a se associar após a maioridade, evitando, por conseguinte, o recrutamento de adolescentes pelas facções criminosas.

Convicto, assim, de que este projeto de lei representa incontestável aperfeiçoamento da nossa legislação, conclamo os nobres pares a aprová-lo.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado GENERAL PAZUELLO

2024-9731





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 11.343, DE 23 DE
AGOSTO DE 2006**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006-08-23;11343>

FIM DO DOCUMENTO